

Instituições temem veto ao orçamento

por Cezar Faccioli
do Rio

O ministro da Educação, José Goldemberg, se disse satisfeito com a dotação do MEC para 1992, argumentando que os US\$ 6,5 bilhões aprovados embutem uma elevação real de 19%. Goldemberg fez essa avaliação durante o lançamento nesta sexta-feira do programa de reciclagem e atualização de professores da rede pública estadual de 2º grau, no Rio. Os dirigentes das universidades e instituições de pesquisa presentes ao lançamento, em comentários reservados, se mostravam, contudo, preocupados com a possibilidade de vetos por parte do presidente da República a artigos do Orçamento que destinavam recursos para Educação e Ciência & Tecnologia e com o impacto da crise na Previdência Social sobre os já rígidos critérios de contingenciamento impostos pelo Ministério da Economia às demais pastas.

As universidades federais, por exemplo, esperam a entrada em seus cofres dos 20% (cerca de Cr\$ 28 bilhões) do orçamento do ano passado, liberados nos últimos dias de 1991. A limitação da execução financeira a 70% levou a transferência de dívidas para o Orçamento deste ano, no valor de cerca de Cr\$ 30 bilhões.

A preocupação com o tamanho do bolo, no MEC, é menor do que a com o aperfeiçoamento da forma de dividi-lo, premiando a competência. A secretária nacional de Ensino Superior, Eunice Ribeiro Durham, também presente à solenidade no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), informou que os

curso de Medicina serão os primeiros a ser avaliados. Esse será também o primeiro passo para desenvolver a metodologia de análise que servirá de base para o ranking das instituições de graduação, para influenciar na distribuição de recursos federais. Essa primeira experiência de avaliação será baseada em um estudo da Associação Brasileira de Ensino Médio (ABEM).

O aperto no contingenciamento (estudo caso a caso da liberação de verbas) imposto pela preocupação com o déficit nas contas públicas que seria gerado pelo déficit na Previdência Social pode anular os ganhos das universidades na discussão do Orçamento no Congresso. O Orçamento Geral da União (OGU), neste ano, não tem cláusula de reajuste automático, obrigando à análise pelo Congresso, como crédito suplementar, de toda e

qualquer atualização, o que agrava o quadro. Em relação à versão inicial, as universidades garantiram Cr\$ 26,979 bilhões a mais nas rubricas de Outros Custeios e Capital — OCC — (gastos correntes, exclusivos pessoal, e investimentos), chegando a um total de Cr\$ 75,94 bilhões (76,44% a mais do que na proposta inicial do governo).

Um exemplo dessa preocupação com o contingenciamento é a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ. As dotações do MEC para OCC e apoio a pesquisadores, no valor de Cr\$ 4,5 bilhões, e a verba da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) para auxílio institucional (manutenção e equipamentos) nos institutos complementares, de Cr\$ 27 bilhões, parte dos quais destinados para a Coppe, são considerados razoáveis pelo diretor da coordenação,

Luiz Bevilacqua. Ele teme, contudo, a repetição dos atrasos verificados em 1991, que levaram a uma diminuição do ritmo dos projetos. A Coppe tem 1.800 alunos de mestrado, doutorado e especialização, em cursos tidos como de nível A da Capes, dos quais 1.200 são bolsistas, e participa do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade Industrial (PBQPI). A captação de recursos junto a empresas estatais e privadas deve manter-se em US\$ 5 milhões, "se a recessão permitir", mas o peso crescente dessa fonte preocupa Bevilacqua: "Não podemos virar um escritório de engenharia".

As mudanças institucionais introduzidas por Goldemberg, um ex-reitor eleito da Universidade de São Paulo e ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, agradaram os dirigentes das universidades do Rio. A transformação da Capes em fundação e a possibilidade de acesso aos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), via projetos de aprimoramento da rede pública de 1º grau, foram pontos que animaram os reitores e diretores de escolas. Professor da Coppe, o presidente da Capes, Sandoval Carneiro Júnior, prometia a seus interlocutores que o orçamento de US\$ 190 milhões aprovado para 1992, executado na íntegra, permitirá atender 100% das bolsas (2 mil no exterior e 16 mil no País) e 85% dos pedidos de fomento. Como fundação, além disso, a contratação de 45 novos técnicos e os contatos mais ágeis com outras instituições apressariam a liberação de recursos.